



LEI N.º 505 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006.

**"Institui o Programa de Créditos da
Fazenda Pública Municipal - REFAZ II -**

A Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás, no uso da competência e atribuições que lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Goiás, bem ainda a Lei Orgânica Municipal, **APROVA e EU**, na condição de Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Municipal - REFAZ II -, constituído de medidas facilitadoras para a quitação de débitos para com a fazenda Pública Municipal, relacionados com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU -.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito tributário favorecido o montante obtido pela soma dos valores do tributo devido, da multa, inclusive a de caráter moratório, dos juros de mora e da atualização monetária correspondente, apurado na data do pagamento à vista ou da primeira parcela.

Art. 2º. As medidas facilitadoras para quitação de débitos compreendem:

I - não incidência de correção, da multa, inclusive a de caráter moratório, e dos juros de mora;

II - pagamento à vista ou parcelado do crédito tributário favorecido por meio da:

a.) permissão para que seja pago em parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira parcela que tem valor diferenciado;

b.) permissão para que o pagamento da parte não litigiosa seja realizado com os benefícios inerentes ao programa;



Art. 3º. O REFAZ II alcança o crédito tributário relativo ao IPTU, cujo fato gerador ou a prática da infração tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2005, incluindo aquele:

I - ajuizado;

II - objeto de parcelamento;

Art. 4º. A opção pelo REFAZ II:

I - não suspende a aplicação das normas comuns para concessão de parcelamento previsto na legislação tributária;

II - implica confissão irretroatável da dívida por parte do sujeito passivo e a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência em relação aos já interpostos.

Parágrafo único. A opção considera-se formalizada com o pagamento à vista ou da primeira parcela.

Art. 5º. O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios do REFAZ II, deve aderir ao Programa no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente lei, podendo ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. O percentual de redução da multa, dos juros de mora e da correção monetária, para pagamento do crédito tributário favorecido à vista, é de:

I - 100% (cem por cento), para os créditos cujo fato gerador ou a prática da infração tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2005;

Art. 7º. A redução da multa, dos juros de mora e da correção monetária, para o caso de pagamento parcelado, alcançará o seguinte percentual:

I - 90% (noventa por cento) para pagamento em até 03 (três) parcelas;

II - 70% (setenta por cento) para pagamento em até 06 (seis) parcelas;



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia



III - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 09 (nove) parcelas;

IV - 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas.

Parágrafo único - o valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 8º. O crédito tributário favorecido somente é liquidado com pagamento junto à instituição financeira credenciada, através de documento de arrecadação municipal.

Art. 9º. O crédito tributário favorecido pode ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com exceção da primeira que tem valor diferenciado.

Art. 10. O vencimento das parcelas ocorre 30 dias após o pagamento da primeira parcela, devendo esta ser paga na data da efetivação do pedido de parcelamento.

Art. 11. O programa instituído por esta Lei deve ser coordenado e executado pela Secretaria de Finanças, ficando o seu titular autorizado a baixar os atos necessários à sua plena execução.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA, ESTADO DE GOIÁS, aos 26 dias do mês de dezembro de 2006.

ADAÍLTON DO AMARAL
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data fixei uma cópia do presente Lei no placard desta Prefeitura Municipal, no lugar de costume e de acordo com a Lei.
S. M. do Araguaia, 26/12/06

Aderi Francisco Marques
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO
DECRETO Nº 107/2006